

A AUSÊNCIA DE MEMÓRIAS PESSOAIS NOS RELATOS DE BATISMOS DE CATIVOS ADULTOS NA PROVÍNCIA DO ESPIRITO SANTO (SÉCULO XIX)

Laryssa da Silva Machado

Doutoranda em História (UFES);

Bolsista Fapes;

Professora da Rede Municipal de Educação (Marataízes)

Resumo: É sabido por todos que, por cerca de trezentos anos, africanos de inúmeras origens étnicas desembarcaram no que hoje representa o litoral brasileiro a fim de servirem de mão de obra escrava para a economia das colônias portuguesas na América, depois do Império Brasileiro. Milhares de seres humanos, desde sua captura na África até sua morte no Brasil vivenciaram experiências chocantes e traumáticas. Porém, tanto a literatura historiográfica sobre o assunto, quando obras literárias, teatrais e cinematográficas ignoram as tais vivências ocorridas durante o tráfico e cativeiro. Este trabalho pretende questionar os silêncios existentes na historiografia sobre a escravidão. Como ponto de partida será analisado os registros de batismos de cativos adultos nas paróquias de Itapemirim e Vitória, ambas na província do Espírito Santo, região sudeste do Brasil. É certo que a ausência de fontes dificulta esse trabalho, visto que as mesmas foram escritas pelas autoridades da época. Porém, é importante questionar o silêncio, tanto no passado como no presente.

Palavras-chave: Escravidão; Esquecimento; Espírito Santo.

Abstract: It is known by all that, for about three hundred years, Africans of countless ethnic origins disembarked in what today represents the Brazilian coast in order to serve as slave labor for the economy of the Portuguese colonies in America, after the Brazilian Empire. Thousands of human beings, from their capture in Africa to their death in Brazil, have experienced shocking and traumatic experiences. However, both the historiographical literature on the subject, and literary, theatrical and cinematographic works ignore such experiences that occurred during trafficking and captivity. This work intends to question the existing silences in the historiography about slavery. As a starting point, the records of baptisms of adult captives in the parishes of Itapemirim and Vitória, both in the province of Espírito Santo, southeastern region of Brazil, will be analyzed. It is true that the absence of sources makes this work difficult, since they were written by the authorities of the time. However, it is important to question the silence, both in the past and in the present.

Keywords: Slavery; Oblivion; Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

“O mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais” (HALBWACHS, 1990). Mas nem todas essas histórias parciais ocupam espaço na memória dos homens, conforme afirma Halbwachs. “O passado transforma-se em memória coletiva depois de ter sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente” (TRAVERSO, 2012, p. 10). Mas, por que algumas memórias são mais lembradas que outras?

Este trabalho pretende analisar esquecimentos a respeito das memórias relacionadas a escravidão no Brasil, principalmente dos milhares de seres humanos desembarcados nos inúmeros portos brasileiros durante os quase quatro séculos de tráfico negreiro. Irei falar sobre esquecimentos e silêncios porque, segundo Manolo Florentino (2014, p. 177),

Embora nenhuma outra área no Novo Mundo tenha dependido tanto do tráfico de escravos quanto a América Portuguesa, a história do comércio negreiro para o Brasil é, talvez, a menos conhecida dentre os grandes tráficos da Época Moderna.

A ausência de fontes sobre o assunto é um dos empecilhos para que se conheça e esclareça certos aspectos desse nefasto evento da história brasileira. Em relação à escravidão, em geral, obtêm-se informações por meio de vários documentos, como os eclesiásticos (registros de batizados, casamentos, óbito), as listagens nominais, os mapeamentos populacionais (FARIA, 1998, p. 39); os registros cartoriais (inventários *post-mortem* e testamentos) (FURTADO, 2009, p. 112), além de fontes alfandegárias e censos demográficos, dentre outros (FLORENTINO, 2014, p. 177).

Apesar da variedade de fontes, as mesmas não são específicas sobre o assunto, o que dificulta as análises. Manolo Florentino e José Roberto Góes, ao falarem das fontes usadas em na pesquisa (1997, p. 43), observam que o manejo dos documentos “é um exercício acerca das possibilidades de determinado tipo de fonte”. Assim, é necessário que historiadores interessados no assunto façam um verdadeiro exercício de investigação ao coletar e remontar pistas avulsas sobre o tema.

Como exemplo de trabalho que analisa fontes diversas na tentativa de reconstruir a realidade do tráfico de cativos estão os trabalhos de Jaime Rodrigues, *O Infame Comércio* (2000) e *De Costa a Costa* (2005). O autor se preocupou em não repetir dados estatísticos e rotas de negreiros, mas enfatizou as relações cotidianas do tráfico negreiro, na qual se debruçou sobre as possíveis experiências vividas por africanos (visto a ausência de fontes específicas), autoridades políticas, judiciais, policiais, traficantes e a população comum. A rede de tráfico de pessoas

era complexa, com participação ou convivência de boa parte da sociedade. As relações coloniais e comerciais portuguesas e brasileiras estabelecidas na África demonstram como africanos, europeus e brasileiros enriqueceram com a prática. Fome e seca nas terras africanas, doenças em terra e no mar, o cotidiano nos navios e das viagens, naufrágios, motins e mortes naturais ou por suicídios que afetavam tripulantes e prisioneiros do tráfico, foram descritos e analisados.

É intrigante observar que os cativos, africanos ou crioulos, foram personagens fundamentais na formação da sociedade brasileira, e ainda assim, durante décadas, os trabalhos historiográficos descartaram a importância dos mesmos. João Reis e Flávio Gomes (2016, p. 9), apontam que os mesmos constituíram a principal força de trabalho no Brasil e, além disso, a escravidão penetrou em cada um dos aspectos da vida brasileira, com marcas próprias sobre a cultura material e espiritual, agricultura, religião, culinária, língua, música, arte, arquitetura e outros aspectos cotidianos.

Segundo Florentino e Góes (1997, p. 1), com o uso das novas fontes a partir da década de 1970, historiadores brasileiros observaram que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano”. As pesquisas sobre escravidão ganharam fôlego e se multiplicaram por vários lugares do Brasil. Escravarias grandes e pequenas passaram a serem estudadas e aspectos do cotidiano desses cativos ganharam destaque. Porém, ainda assim, tais personagens e detalhes de suas vidas são pouco abordados ou negligenciados pela historiografia. É o caso do tráfico negreiro e daqueles milhares de pessoas que desembarcaram nos portos brasileiros por quase quatro séculos.

A ideia de escrever sobre os silêncios da escravidão surgiu em atividades confluentes. Como aluna do curso de doutorado na UFES, realizei a disciplina *História, Memória e Política* com o professor Julio Benvivoglio, no qual analisamos uma série de textos sobre memória e esquecimentos. Junto a isso, para refazer meu projeto de pesquisa orientado pela professora Adriana Pereira Campos, li inúmeras obras sobre tráfico negreiro. Esse conjunto de leituras despertou em mim alguns questionamentos: por que alguns genocídios históricos são tão bem estudados e lembrados pela memória coletiva e outros não?

O ápice dos meus questionamentos sobre certos silêncios históricos surgiu com a análise do capítulo *Usos políticos do passado*, do livro *O passado, modos de usar: história, memória e política*, do autor italiano Enzo Traverso (2012, p. 109-128). Traverso questiona o destaque que se dá ao Holocausto ao mesmo tempo em que a humanidade se esquece ou silencia outras tragédias históricas. Massacres coloniais europeus, guerras e conflitos em outros continentes além da Europa e da América do Norte, são minimizados e apagados das memórias sobre grandes os genocídios da História da Humanidade. O mesmo ocorre com a escravidão americana, principalmente a brasileira.

A maioria das obras sobre tráfico negreiro aborda números estatísticos, rotas utilizadas pelos traficantes e os lucros obtidos pelos mesmos, mas poucos descrevem as mazelas enfrentadas por aqueles seres humanos vítimas do

nefasto comércio de almas. As abordagens utilizadas nesses trabalhos são de fundamental importância para a historiografia. Porém, é preciso avançar e começar a pensar no cotidiano dessas pessoas capturadas e transportadas para vários lugares na América. Os maus tratos sofridos desde a captura na África até a chegada ao Brasil, as condições sub-humanas que desembarcavam na costa brasileira, e outros assuntos do cotidiano das relações escravistas ainda são pouco estudados e abordados na historiografia.

Decerto, a escassez de fontes que revelem esses detalhes são um obstáculo considerável aos historiadores. Porém, o exercício de coletar fontes diversas e trabalhar com as possibilidades que as mesmas oferecem são pontos de partida para se levantar as memórias do tráfico e da escravidão brasileira. Esses silêncios são vistos não apenas na historiografia, mas também na cultura e nas artes. Poucas obras literárias, teatrais, cinematográficas ou televisivas descrevem com fidelidade as mazelas das viagens negreiras. Ainda nos recordamos dos clássicos produzidos no século XIX como o poema de Castro Alves, *O Navio Negreiro* e os clássicos desenhos e pinturas de Debret e Rugendas.

Meu desejo inicial era escrever sobre as memórias esquecidas do tráfico negreiro, mas ainda não me sinto segura para isso. A escassez de fontes, visto que estou na fase inicial da pesquisa, apresenta-se como um obstáculo nesse momento. Assim, escolhi trabalhar com um conjunto de documentos já catalogados e analisados, que se enquadram como parte dos documentos sobre o tráfico negreiro e diz muito (em seus silêncios) sobre os escravizados desembarcados no Brasil: os registros de batismos de cativos adultos realizados na Província do Espírito Santo.

Como corpo documental, utilizei os assentos de batismo de duas paróquias capixabas: Itapemirim, sul da província, e Vitória, região central e capital do Espírito Santo. Essas duas regiões destacaram-se no século XIX e apresentam registros de batismo de adultos em seus documentos paroquiais. Além de levantar dados estatísticos, que são importantes para se entender o perfil dos cativos dessas localidades, também pretendo analisar os silêncios e ausências presentes nessa documentação.

SOBRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS HISTÓRICOS: O SILÊNCIO DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

O capítulo *Usos políticos do passado* (2012, p. 109–128) do autor Enzo Traverso levanta a memória da Shoab e como Auschwitz se transformou em uma religião civil na Europa e no restante do mundo capitalista liberal. Para ele, o Ocidente trata o Nazismo como algo oposto a esse sistema, como se o liberalismo tivesse sido o responsável por libertar a humanidade da barbárie e a conduzido ao melhor dos mundos (TRAVERSO, 2012, p. 110–111).

Mas, para o Traverso,

o totalitarismo nasceu do seio da própria civilização, é seu filho. Essa civilização continua a ser a nossa e nós continuamos a viver num mundo em que Auschwitz delimita um horizonte de possibilidades, ainda que essa violência possa assumir outras formas e outros alvos (2012, p. 112-113).

Ele defende, ao contrário da memória coletiva ocidental, que o Nazismo é fruto de uma série de fatores e eventos ocorridos na sociedade europeia: “o colonialismo, o racismo e o antissemitismo moderno. Foi um filho da história Ocidental. E a Europa liberal do século XIX foi a sua incubadora” (TRAVERSO, 2012, p. 113). Atrevo-me a acrescentar a essa lista o colonialismo e o racismo europeus ocorridos a partir do século XVI, no período pré-capitalista.

A colonização americana realizada pelas potências europeias modernas, ainda que tenha ocorrido em séculos anteriores ao período defendido por Traverso, podem ser acrescentados ao contexto nefasto de ideologia e violência cometidos pela sociedade Ocidental. O autor cita o uso da memória do Holocausto como história pública, e destaca exemplos de massacres e atrocidades que ocorreram em outros lugares do mundo, mas que não ganharam o mesmo destaque no nazismo.

Um dos exemplos utilizados é do africanista Jean-Pierre Chrétien, que publicou em abril de 1994 um artigo no *Libération* em que denunciou os crimes de um “nazismo tropical” em Ruanda. Os conflitos ocorridos naquele local são caracterizados pelo Ocidente como “conflitos tribais”, mas a tragédia ocorrida naquele ano, com 800 mil mortes, foi tão cruel e grave quanto a Shoab. Assim, o autor concorda com o uso público da história do “nazismo tropical”, apesar dos contextos e naturezas dos regimes políticos serem diferentes (TRAVERSO, 2012, p. 119).

Como Jean-Pierre Chrétien, que precisou recorrer a memória política do nazismo para denunciar o massacre em Ruanda, outros genocídios históricos ficam encobertos ou são tratados como crimes menos graves e cruéis que o Holocausto pela memória coletiva. O massacre indígena realizado por conquistadores e colonos europeus de várias nacionalidades, de norte a sul do continente americano desde o século XVI, é um exemplo de genocídio que não ganhou a mesma proporção de crime contra a humanidade que a memória da Shoab. Outra atrocidade cometida pela humanidade foi a escravização de africanos e o envio através de viagens pelo Oceano Atlântico para a América por quase quatro séculos.

Poderia citar aqui várias outras tantas tragédias humanitárias ocorridas ao longo da história, mas não é esse o objetivo. Meu questionamento ao escrever esse texto, como já citado, é colocar em debate o porquê um crime humanitário como a escravidão africana, desde o tráfico transatlântico até os maus tratos nas

inúmeras colônias e países americanos, não consegue ter o mesmo destaque que o Holocausto, por exemplo. Ou, porque não nos sensibilizamos com as memórias da escravidão como fazemos com as vítimas de Auschwitz. A escravidão foi um crime contra a humanidade tão cruel e pernicioso quanto o nazismo alemão, e as mazelas vividas pelos milhões de africanos nos quase quatro séculos de existência desse sistema precisam ser rememoradas.

No caso do tráfico de cativos e das relações sociais estabelecidas por suas vítimas no Brasil, local que mais recebeu africanos escravizados, faço aqui algumas críticas, ainda que de forma superficial. A maioria dos trabalhos que tratam do assunto analisa apenas as questões econômicas e estatísticas do tema. Escrevem-se sobre as rotas estabelecidas pelos traficantes, os custos da captura e da viagem, com os riscos de mortes e doenças já era acrescido aos cálculos de lucros. Também apresentam números, quantidades, estatísticas, porcentagens, mas se esquecem que essas “mercadorias lucrativas” eram seres humanos.

A falta de sensibilidade por parte de muitos pesquisadores faz com que o tráfico e desembarque de cativos seja visto como algo comum na sociedade brasileira. E era para aquela sociedade, mas não pode ser para nós. O professor Júlio Bentivoglio (2014, p. 382-383) fala sobre como a Europa conheceu no nazismo o ponto nodal para se pensar no trauma e como no Brasil estabelecem-se operações semelhantes, dadas as devidas proporções a alguns temas, porém, esquecem-se outros. Ele questiona, porém, os imperativos políticos e morais que se incidem sobre o ofício do historiador e acabam conduzindo-o a produção do esquecimento. O esquecimento do passado é orientado por avaliações realizadas no presente, e ao historiador, cabe avaliar os usos do passado e da memória associados ao esquecimento: “quando este é deliberado, quando é útil e quando ele se faz necessário [...]. Enquanto alguns fatos são raramente mencionados, outros estão condenados se lembra[r] [...] a todo instante” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 382-383, grifo do autor).

No caso das memórias da escravidão é basicamente isso que acontece. É de ciência geral que seres humanos foram transportados de forma desumana da África até o Brasil e o destino dos mesmos era a escravidão. Na atualidade, a maioria dos brasileiros são contrários a escravização de pessoas e reconhecem as mazelas cometidas com esse povo no Brasil. Muitos desses, porém, são contrários as políticas afirmativas de reparação histórica e promoção de justiça e democracia racial. O problema da escravidão ainda se faz presente no cotidiano brasileiro, visto que inúmeras denúncias e apreensões de trabalhadores análogos a escravidão ainda ocorrem na atualidade.

Porém, muitas memórias desse período são apagadas, ou completamente esquecidas. Observamos as mazelas da escravidão e do tráfico negreiro apáticos diante da violência cometida, assim como normalizamos a violência que o Estado brasileiro comete com a população periférica, muitos deles descendentes desses escravizados. Essas inquietações geram questionamentos: porque a lembrança de Auschwitz choca a humanidade, e a tragédia do tráfico negreiro é vista com

apatia? Porque os 15 milhões de homens e mulheres arrancados de suas terras na África e transferidos compulsoriamente para as Américas (REIS & GOMES, 2012, p. 9) não ganham o mesmo destaque na mídia e na memória coletiva? A quem interessa o esquecimento dessa página nefasta da história mundial?

Luciana Ciríaco Souza (2022), líder do Coletivo de Fortalecimento e empoderamento da População Negra do Sul do Estado do ES, apresenta um relato carregado de indignação sobre as negações que o povo negro sofreu e sofre até os dias de hoje. Para ela, o esquecimento ou apagamento desses relatos são estratégias para silenciar a população negra, fortalecer o racismo estrutural e impedir que os descendentes dos milhares de escravizados, que são a maior parcela da população brasileira, se organizem e busque seus direitos.

Negar a escravidão é um processo lucrativo, é um processo de negação que fortalece o racismo estrutural, o racismo velado, e sobretudo que não dá o direito de ressarcimento a descendência africana, por tudo aquilo que eles perderam, por tudo aquilo que eles construíram e por tudo aquilo que eles nunca foram reconhecidos [...] porque se a gente fala que você foi cerceado de utilizar o seu nome e que isso te fortaleceria ou fortalecerá enquanto descendência, enquanto origem, é muito fácil pra você dominar, esse é o poder da dominação, o outro não sabe quem é então eu consigo domina-lo, então é uma estratégia mais ou menos nesse sentido[...] E como que a gente vai fazer, essa negrada toda que é a maior população do Brasil, não cobraram esses direitos. A gente vai esconder esses atos, a gente vai apagar todos esses relatos, a gente vai jogar esses corpos em lugares onde ninguém possa identificar, alcançar. A gente vai continuar negando para eles a educação, para que eles não saibam ler e escrever e não se articulem para falar de si e das suas dores, a gente vai pegar um ou outro e vai colocar como se fosse um prêmio ou num lugar de privilégio e dizer que nós estamos reconstruindo, mudando ou ressarcindo, de todas essas problematizações, de todas essas torturas, de todas essas demonizações que eles fizeram, e aí nós viemos com essa violência em todos os aspectos. Todo o seguimento da população negra, o religioso, o gastronômico, a medicina, é demonizado. Então, foram muitas torturas, foram muitas violações. Não se aceita.

É inegável que a violência cometida contra os africanos vai muito além daquilo que se é conhecido, além de ser uma permanência social brasileira. As 15 milhões de pessoas desembarcadas nos portos americanos por quatro séculos não chegam perto do total do número real de indivíduos que tiveram suas vidas destroçadas pela escravidão. Robert Conrad, relata que é impossível saber quantos foram os africanos escravizados, visto que as estatísticas não levam em consideração os milhares de mortos desde o processo de captura na África até o desembarque na América (CONRAD, 1985, p. 34-43).

Porém, ainda que essas mazelas sejam imensuravelmente e impossíveis de serem resgatadas em sua complexidade, é preciso que algo seja feito para se romper o silêncio e o ciclo de violência e negação presentes na sociedade brasileira desde o início de sua colonização. Para Halbwachs (1990) um dos

objetivos da História é “lançar uma ponte entre o passado e o presente e reestabelecer essa continuidade interrompida”. Ele continua sua ideia ao afirmar que, através do trabalho do historiador, fatos grandes e pequenos que julgamos perdidos, podem ser recontados, principalmente se memórias inéditas forem descobertas.

Como os personagens envolvidos nesse sistema escravista já estão mortos a muitos anos, cabe aos historiadores da escravidão revirar arquivos, públicos ou pessoais, em busca de fontes que tragam à tona o máximo de informações possíveis. Florentino e Góes (1997, p. 41-42) apontam que existem meios melhores e mais eficazes de investigação do passado, no qual se podem analisar as fontes de forma mais explicativa que descritiva e que os métodos de investigação histórica estão se aprimorando ao longo do tempo.

Ainda assim, analisamos o passado do ponto de vista do presente e, para nossa sociedade, a “escravidão tornou-se, para sempre, tecido morto, irreconhecível” (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 42). Ao mesmo tempo, esse sistema nefasto foi abolido da sociedade brasileira a pouco mais de cem anos e ainda oprime as mentes dos vivos. Nenhum historiador brasileiro, no passado ou no presente, escapou a esse sistema. Sua permanência por quatro séculos supera em muito o período de trabalho livre. Trabalhos sobre o assunto se fazem necessários, dentre eles, os que questionam os esquecimentos e silêncios nas fontes. Márcia Peixoto, pesquisadora de *Ensino de Africanidades Brasileiras*, em entrevista concedida relata que a história oficial não revela o cotidiano, as vivências e relações sociais dos escravizados pelo ponto de vista dos mesmos. É sabido que as fontes dão conta, de forma objetiva, de números, localização geográfica, quantitativos de escravizados, entre outros elementos, que se traduzem em uma estatística objetificada dos seres humanos escravizados. Resultados acadêmicos, artigos e estudos revelam esses números. Quanto as experiências e vivências dessas pessoas, suas relações humanas, sociais, psicológicas e tudo que compõem a perspectiva humana, são irrelevantes nesses resultados. Por isso quando, por meio da oralidade, reconstruímos as memórias de nossos avós, bisavós e ancestrais escravizados, podemos nos aproximar de suas histórias do dia a dia, do trabalho, dos afetos e tragédias marcadas pela escravização. A despeito dos silenciamentos presentes nas tabulações, aferições presentes nas análises dos documentos ‘oficiais’. Não se trata de dar voz aos relatos, diários, contos, canções etc., se trata de ouvir as vozes que ainda estão presentes em nós.

Resgatar a oralidade, e buscar analisar as fontes de forma explicativa, não apenas descritiva ou com tabulações, são caminhos possíveis para se iniciar a reversão desse quadro de esquecimento, que não é ingênuo, e não acontece por falta de lembranças. “A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas” (POLLAK, 1989, p. 5). Esquecer o passado escravista é proposital e serve como mecanismo de dominação aos que sempre lucraram com esta prática. A esse esquecimento proposital e seus agentes, Paolo Rossi

chama de “assassinos de memória” enquanto Michael Pollak fala sobre “enquadramento da memória”.

Pollak analisa esse enquadramento como um mecanismo de se escrever uma história oficial. Historiadores oficiais escolhem-se testemunhas autorizadas, que se enquadram no discurso organizado. Porém, algumas memórias podem “sobreviver ao seu desaparecimento [...] Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade” (POLLAK, 1989, p. 11-12). Em outro trecho, quando fala sobre a memória em disputa, o autor cita as memórias subterrâneas, que geralmente são abafadas, mas quando conseguem invadir o espaço público trazem à tona inúmeras reivindicações (POLLAK, 1989, p. 5).

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...], uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada [...] de uma memória coletiva organizada que resume [...] o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

Quanto aos assassinos de memória, Rossi defende que existem muitas razões para o esquecimento.

Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar a verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido (ROSSI, 2010, p. 32, grifo do autor).

A história está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, conforme afirma Rossi (2010, p. 33). Assassinar memórias da escravidão se enquadra nesse contexto.

Esse trabalho, como tentativa de colaboração na construção de uma história coletiva, pretende analisar de forma explicativa, e também quantitativa, os documentos de batismo de adultos nas Paróquias de Itapemirim e Vitória, Província do Espírito Santo, visto que a maioria desses personagens vivenciaram o tráfico de almas para a América. Apesar das limitações das fontes, alguns detalhes importantes desse evento podem ser resgatados em uma análise minuciosa e cuidadosa.

O ESPÍRITO SANTO NO OITOCENTOS

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos, principalmente na região de Vitória, que seriam

exportados para localidades da província capixaba e para outras províncias brasileiras, e no cultivo da cana-de-açúcar, na região de Itapemirim. José Teixeira de Oliveira classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma nova era” (OLIVEIRA, 2008, p. 354). Após 1822, houve melhorias estruturais no território provincial, mas foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 15–18), o café tornou-se a cultura dominante no Espírito Santo por volta de 1840 e substituiu, gradualmente, o cultivo de cana-de-açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura na região sul dessa província, especificamente nos Vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana. Tal expansão vincula-se diretamente à decadência da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 19), quando mineiros e fluminenses vieram atraídos pelas “terras virgens” capixabas. Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 21–23).

O vale do Itapemirim, cindiu-se em duas regiões. No interior, a adaptação do café concretizou o sonho dos recém-imigrados. No litoral, no entanto, as lavouras cafeeiras não obtiveram idêntico sucesso, mantendo-se o cultivo da cana (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 35). O café trouxe aumento significativo da receita provincial e a paisagem humana também sofreu mudanças consideráveis no Oitocentos, relacionada diretamente com as transformações econômicas. É importante ressaltar que o contexto econômico do século XIX produziu marcante diversidade populacional nas regiões capixabas. Enquanto a economia da região central era voltada para a produção de alimento e abastecimento interno, a região sul produzia e exportava açúcar e café, produtos com grande valor comercial no exterior.

A escravidão, entretanto, era o ponto comum a todas as regiões da província. A população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil. Apesar disso, o crescimento populacional registrado na província durante o Oitocentos foi interessante. De acordo com dados expostos por Adriana Campos (2011, p. 85–86), em finais do Setecentos, a população total era de 22.493 habitantes e aumentou para 82.137 em 1872, de acordo com o Censo oficial. Também merece destaque o aumento do número de escravizados na província: em 1790 eram 6.834 e passou a 22.659 em 1872.

O maior incremento de cativos na província não ocorreu no primeiro quartel do século XIX. O movimento de expansão aconteceu após 1856. Embora reduzida, a proporção de escravizados no total de residentes provinciais alcançava grande significação (CAMPOS, 2011, p. 86). As mudanças econômicas e populacionais resultaram no aumento do número de habitantes livres e cativos. A proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5%. A tabela 01 apresenta os valores referentes ao período estudado.

TABELA 1: População Livre e Cativa do Espírito Santo (1790–1872)

ANO	LIVRES		CATIVOS		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137

Fontes: Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo, Censo de 1872.

Apesar de ser uma província pequena e com poucos habitantes, havia diferenças gritantes entre as regiões centrais e sul da província. Tanto a economia quanto a composição da mão de obra cativa distinguiam as duas regiões, conforme observou Rafaela Lago (2013, p. 34), uma vez que o Sul destinava-se a produção de açúcar e café e havia presença de africanos enquanto que a região central, produtora de alimentos, concentrava grande quantidade de crioulos.

SOBRE OS DOCUMENTOS BATISMAIS E OS BATISMOS NA PROVÍNCIA CAPIXABA

A pia batismal foi cenário de muitos momentos protagonizados por cativos no Brasil e de maneira geral, os registros eclesiásticos oferecem detalhes do cotidiano dos escravizados, infantes ou adultos, constituindo-se em excelente campo de estudo, pois cabia a Igreja Católica o registro de episódios relevantes da vida e das sociabilidades entre pessoas livres ou escravizadas (FARIA, 1998, p. 305). A união entre Coroa Portuguesa e Igreja fez com que os registros civis passassem a ser de alçada da última. “Dessa maneira manteve-se a prática dos livros eclesiásticos em que, desde o período colonial, assinalavam-se nascimentos, casamentos e óbitos em volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos [...]” (CASTRO, 1997, p. 339).

Esses registros trazem aspectos do cotidiano nos períodos colonial e imperial, tanto dos livres quanto dos cativos, e demonstra o domínio católico sobre a população, uma vez que os principais eventos da vida social estavam sob a direção da Igreja. Por meio dos registros de nascimentos, casamentos e mortes, o catolicismo perpetuava seu domínio e, portanto, tornava o indivíduo parte da sociedade. A ausência de material censitário em quase toda a América Portuguesa até o fim do século XIX torna os documentos eclesiásticos fontes valiosíssimas para os estudos historiográficos, uma vez que permitem a realização de análises de variáveis sociodemográficas da sociedade (GRAÇA FILHO & LIBBY, 2016, p. 11-37).

Por meio do batismo, principal rito do cristianismo, o sujeito inseria-se na sociedade católica. “No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar qualquer indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade

cristã” (SCHWARTZ, 2001, p. 267). Para os cativos, especificamente, o batismo era ministrado a adultos e crianças, obrigando o senhor a prática desses sacramentos.

A integração para o cativo era importante, pois representava quesito básico de sobrevivência, já que negar o domínio do senhor e de suas instituições representava confronto que causaria mais dano que benefício (FARIA, 1998, p. 306). Tanto os cativos que chegavam aos portos brasileiros quanto os que nasciam nessas terras, se tornavam parte da sociedade através do sacramento batismal. Aos senhores cabia a obrigação de batizar seus cativos, adultos ou crianças, correndo o risco de sofrerem com as maldições do mundo espiritual. “Considera-se responsabilidade de todos os senhores o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas” (SCHWARTZ, 2001, p. 268).

A Igreja era a instituição que conseguia se infiltrar em assuntos considerados privados, inclusive em como deveriam ocorrer às relações entre senhores e cativos. Os benefícios do batismo cristão seriam inúmeros, além de ser o caminho para a inserção do cativo na sociedade. “A pia batismal é um dos espaços mais loquazes que se possa citar na formação de solidariedade” (ENGEMANN, 2006, p. 133). Apesar disso a documentação eclesiástica também pode apresentar hipóteses inseguras, uma vez que, em muitos casos, é extremamente lacunar (AGUIAR & GUEDES, 2016, p. 87-120). Tais lacunas colaboram na produção do esquecimento e do apagamento das memórias sobre escravidão.

No Espírito Santo, são poucas, porém relevantes, as pesquisas que utilizam fontes batismais para análise da população cativa. A pesquisadora Rafaela Lago (2013) utilizou fontes batismais de duas regiões distintas do Espírito Santo no século XIX: Vitória, região central e capital da província, e Cachoeiro de Itapemirim, região sul e a mais ativa economicamente no período. Dentre os dados analisados destaca-se a presença de africanos no Sul e crioulos na região Central. Outro trabalho, realizado pela autora desse artigo, pesquisa as fontes batismais de Itapemirim, também localizada na região sul capixaba, e as compara com os resultados obtidos em Vitória e Cachoeiro. Tanto em Itapemirim quanto em Cachoeiro a presença de africanos chama a atenção. Em relação ao batismo de adultos, as pesquisas citadas apontam que apenas Itapemirim e Vitória apresentam registros.

Antes de ser iniciada a análise dos registros de batismo de cativos adultos, se faz necessário entender um pouco dos batismos realizados na província do Espírito Santo ao longo do século XIX. Como os laços entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro eram estreitos, os relatórios dos Presidentes Provinciais apresentam o quantitativo de batizados realizados na Província. Essas informações são eficientes indicadores sobre a reprodução endógena da população, tanto livre quanto escravizada. Entende-se que a quantidade batizada se refere a infantes. Mas como se perceberá ao longo do trabalho, uma parcela pequena desses batismos era de adultos. A tabela 02 contém os batismos na Província do Espírito Santo entre os anos de 1842-1858.

TABELA 02: Número de Batismos na Província do Espírito Santo (1842-1858)

LIVRES						CATIVOS				
BRANCOS		DE COR		TOTAL	%	PARDOS		PRETOS		TOTAL
N	%	N	%			N	%	N	%	
329	20,6	725	45,6	1.054	66,2	192	12	346	21,8	538
319	18	804	45,6	1.123	63,6	218	12,4	423	24	641
365	22	728	44,1	1.093	66,1	197	11,9	363	22	560
260	18,3	555	39,2	815	57,5	255	18	348	24,5	603
326	17,8	822	45,1	1.148	62,9	236	13	439	24,1	675
280	18,5	708	46,9	988	65,4	153	10,1	369	24,5	522
354	20,4	723	41,8	1.077	62,2	227	13,2	425	24,6	652
296	20,3	643	44	939	64,3	176	12,1	344	23,6	520
388	22,1	866	49,6	1.254	71,5	143	8,1	358	20,4	501
280	15,8	806	45,4	1.086	61,2	128	7,2	264	14,9	392
215	14,3	728	48,3	943	62,6	133	8,8	206	13,7	339
3.412	19	8.113	45	11.525	64,0	2.058	11,4	3.885	21,6	5.943

Fontes: Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo.

Como visto, a tabela acima não apresenta números consecutivos para os anos de 1842-1858. Não foram encontrados registros referentes ao período de 1848-1850, 1852 e 1854, nem após 1858. Ainda assim pode observar oscilações no crescimento do número de batismos de um ano para o outro. O nascimento de livres em todos os anos foi superior ao nascimento de crianças cativas. A quantidade de infantes escravizados ultrapassa os 30%, em quase todos os anos registrados e chega a 42% em 1845. Segundo Lago (2013, p. 51), a taxa de nascimento de cativos superior a 30% demonstra a manutenção da população cativa capixaba através da reprodução endógena. Para cada dois batismos de crianças livres se batizava um cativo. A maioria das crianças escravizadas foi designada como “preta” (3.885 crianças), na proporção de 65% das crianças cativas e 21,6% dos nascimentos gerais.

Outro aspecto interessante sobre a tabela é a quantidade de crianças “livres de cor” em comparação aos livres brancos nascidos neste período. Foram cerca de 64% de infantes livres batizados, em que 19% eram brancas e 45% de cor. A informação revela a miscigenação da população capixaba. Adriana

Campos (2003, p. 95–96) e Patrícia Merlo (2008, p. 111), ao pesquisarem a população cativa de Vitória, detectaram a predominância de pardos e elevado número de mestiços. Isso dificultava a aparente distinção entre livres e cativos. A conclusão das pesquisadoras, para Vitória, foi aplicada para a Província como um todo, ao menos no que se refere aos registros de batismo. Os estudos de Rafaela Lago (2013) e Geisa Ribeiro (2012) ampliam essas conclusões. Boa parte desses batismos ocorreu em Itapemirim, uma das regiões mais populosas da província. A tabela a seguir apresenta comparação entre o número de batismos em Vitória e Itapemirim.

TABELA 03: Comparativo do Número de Batismos nas Paróquias de Vitória e Itapemirim (1842-1855)

ANO		VITÓRIA							ITAPEMIRIM							TOTAL ES
		LIVRES			CATIVOS			TOTAL GERAL	LIVRES			CATIVOS			TOTAL GERAL	
		BRANCOS	DE COR	TOTAL	PARDOS	PRETOS	TOTAL		BRANCOS	DE COR	TOTAL	PARDOS	PRETOS	TOTAL		
1842	N	84	225	309	52	91	143	452	56	55	111	50	81	131	242	1.592
	%	18,6	49,8	68,3	11,5	20,1	31,7	28,4	23,1	22,7	45,8	20,6	33,6	54,2	15,2	
1843	N	92	306	398	44	129	173	571	53	50	103	60	87	147	250	1.764
	%	16,1	53,6	69,7	7,7	22,6	30,3	32,3	21,2	20	41,2	24	34,8	58,8	14,2	
1844	N	68	249	317	36	110	146	463	48	29	77	48	87	135	212	1.653
	%	14,7	53,8	68,4	7,8	23,7	31,6	28	22,6	13,7	36,3	22,6	41,1	63,7	12,8	
1845	N	81	192	273	30	120	150	423	52	29	81	34	46	80	161	1.418
	%	19,1	45,4	64,5	7	28,5	35,5	29,8	32,3	18	50,3	21,1	28,6	49,7	11,3	
1846	N	74	280	354	28	124	152	506	106	68	174	45	85	130	304	1.823
	%	14,6	55,4	69,9	5,5	24,5	30,1	27,7	34,9	22,4	57,2	14,8	27,9	42,8	16,6	
1847	N	85	248	333	59	81	140	473	38	66	104	20	98	118	222	1.510
	%	18	52,4	70,4	12,5	17,1	29,5	31,3	17,1	29,7	46,8	9	44,2	53,2	14,7	
1851	N	55	150	205	29	74	103	308	69	32	101	64	128	192	293	1.729
	%	17,8	48,7	66,5	9,5	24	33,5	17,8	23,5	10,9	34,4	21,8	43,8	65,6	16,9	
1853	N	47	93	140	16	43	59	199	101	81	182	34	95	129	311	1.459
	%	23,6	46,7	70,3	8,1	21,6	29,7	13,6	32,5	26,1	58,5	10,9	30,5	41,5	21,3	
1855	N	72	51	123	16	36	52	175	51	51	102	23	23	46	148	1.755
	%	41,1	29,1	70,3	9,1	20,7	29,7	9,9	34,4	34,4	68,9	15,6	15,6	31,1	8,4	
TOTAL	N	658	1.794	2.452	310	808	1.118	3.570	574	459	1.033	378	732	1.110	2.143	14.703
	%	18,4	50,2	68,7	8,7	22,7	31,3	24,3	26,8	21,4	48,2	17,6	34,2	51,8	14,5	

Fontes: Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo.

De maneira geral, nos anos analisados, Vitória batizou mais crianças que em Itapemirim: foram 24,3% na Capital contra 14,5% no Sul. Apenas no ano de 1853, o número de batizados itapemirinos foi maior que os de Vitória. No que diz respeito à miscigenação da população, os dados para Vitória são muito semelhantes aos encontrados em toda a Província. As crianças livres de cor representavam 50,2% dos batizados, enquanto as brancas eram 18,4%. Conforme Merlo e Campos analisaram, a mestiçagem em Vitória era elevada. Em Itapemirim, por sua vez, o número de mestiços livres e cativos era bem inferior ao da Capital (21,4% de livres de cor e 17,6% de pardos cativos). Lago (2013, p. 53-54), ao analisar os mesmos dados, observa que eles podem indicar menor intensidade nas relações entre diferentes grupos sociais em Itapemirim.

Além disso, a maior quantidade de batismos de brancos sobre os de cor sugere uma sociedade mais heterogênea, devido sua ocupação recente. Outro aspecto relevante é que, 31,3% dos batismos em Vitória eram de cativos, enquanto em Itapemirim esse número foi de 51,8%, o que comprova que um dos mecanismos de manutenção das escravarias da região Central e Sul era a reprodução endógena.

Analisar os dados provinciais de batismo é importante para se ter ideia da quantidade de nascimentos que ocorriam na província e qual a participação de Itapemirim nesses batismos. As tabelas acima demonstraram que havia quantidade expressiva de infantes cativos que foram levados a pia batismal de Itapemirim e de Vitória, mas não destaca os números referentes aos adultos. Esses números serão destacados a seguir.

SOBRE O BATISMO DE ADULTOS EM VITÓRIA E ITAPEMIRIM

Muitos foram os cativos batizados no Espírito Santo. Lago levantou para Vitória 1.809 registros de batismo de cativos entre 1845-1871 (2013, p. 61), enquanto que minha pesquisa encontrou 1.838 assentos entre 1840-1888, divididos em três livros. A tabela a seguir compara os dados referentes ao batismo de ingênuos/inocentes e adultos em Vitória e Itapemirim.

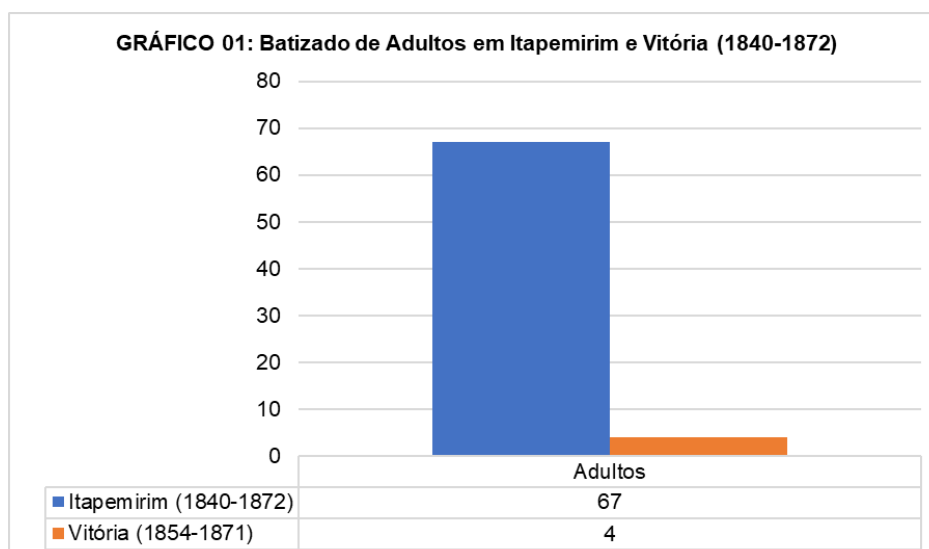
TABELA 04: Idade dos Batizandos Cativos em Vitória e Itapemirim-ES (1840-1888)

IDADE DOS BATIZANDOS	VITÓRIA		ITAPEMIRIM	
	N	%	N	%
ADULTO	4	0,2	67	3,7
INOCENTE/ INGÊNUO	1.802	99,6	1.554	84,5
SEM INFORMAÇÃO	3	0,2	217	11,8
TOTAL	1.809	100	1.838	100

Fontes: LAGO, 2013, p. 69; Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

O número de adultos levados a pia batismal em Itapemirim é muito superior ao de Vitória. Em toda a amostra, 71 cativos adultos passaram pelo sacramento, porém apenas quatro obtiveram a benção na pia batismal na região central capixaba. O gráfico 01 apresenta essa diferença.

GRÁFICO 01 – Batizado de Adultos em Itapemirim e Vitória (1840–1872)



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3; LAGO, 2013, p. 69.

O alto índice de adultos em Itapemirim caracteriza a região com forte influência do tráfico que ultrapassa o período de seu impedimento legal. Inúmeras denúncias envolvendo grandes fazendeiros de Itapemirim ocorreram após 1850 e a promulgação da Lei Eusébio de Queirós¹. Segundo Walter Pereira (2013, p. 2), em alguns locais do litoral brasileiro, o tráfico chegou ao fim, entretanto, na região compreendida entre o norte da província fluminense e o sul da província capixaba as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850. Fontes relatam que após a data oficial do fim do tráfico entraram no Brasil aproximadamente de 8.812 africanos², e boa parte desses cativos pode ter chegado pelo sul do Espírito Santo.

Fato curioso e desafiador, constituindo também pista sobre a permanência do tráfico após 1850, são os batismos de quatro africanos adultos no ano de 1864, isto é, 14 anos após o fim legal do comércio. Em 21 de setembro, Manoel Ferreira dos Santos levou três cativos africanos adultos (“De Nação”) à pia batismal. Eram esses: Manoel, com 39 anos, Luiz com 28 anos e Luiza com 20 anos. No mês seguinte, no dia 9, José Joaquim Marvila levou outro cativo adulto, africano “De Nação”, a pia batismal. Dessa vez era André, sem idade identificada.

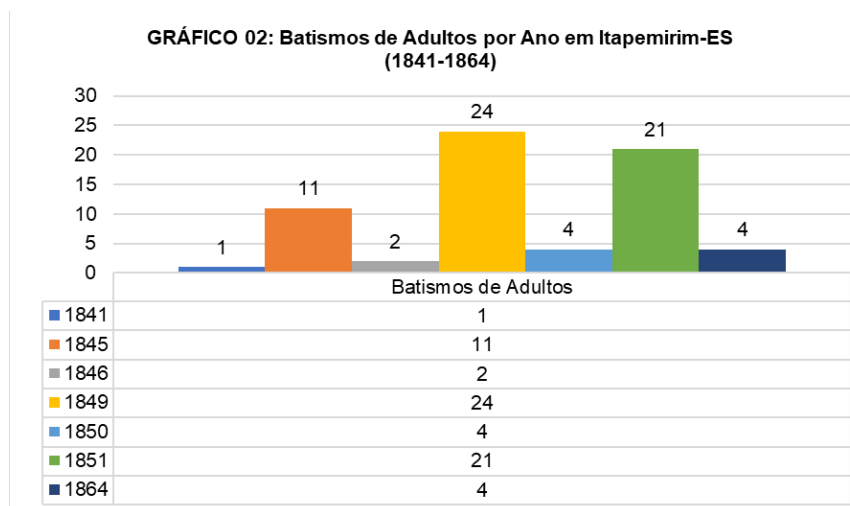
2 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos). Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 24 nov. 2017.

Esses quatro batismos aumentam as suposições sobre a permanência do tráfico durante toda a década de 1850. Porém, se os mesmos chegaram até 1850 e estavam em consonância com a Lei Eusébio de Queirós, as idades que os cativos possuíam no momento do desembarque eram: Manoel 25 anos, Luiz 14 anos e Luiza 6 anos de idade. É mais provável que os quatro sejam evidências da permanência do tráfico ilegal, porém não se pode deixar de questionar o transporte de crianças e adolescentes vítimas do tráfico negreiro.

Dos 67 registros de batismo de adultos realizados em Itapemirim, 10 apresentam a idade dos mesmos. Além dos três cativos com a idade descrita acima, João foi batizado em 1845 com 26 anos. Já Manoel, Antônio, João e Agostinho tinham mais ou menos 20 anos no ano do batismo (1845/1846), enquanto Maria e Constância foram batizadas com apenas 14 anos de idade. A maioria dos registros deixam ausentes informações importantes sobre essas pessoas. Por 13 vezes o padre registra vários adultos no mesmo assento e com isso falta acuidade nas anotações, o que colabora com as ausências e silêncios.

É interessante observar também em que anos aconteceram a maioria dos batismos de adultos. Através desses dados pode-se medir a influência do tráfico transatlântico nos batismos de Itapemirim. O gráfico a seguir apresentará a quantidade de batismos de adultos por ano.

GRÁFICO 02 – Batismos de Adutos por Ano em Itapemirim-ES (1841-1864)

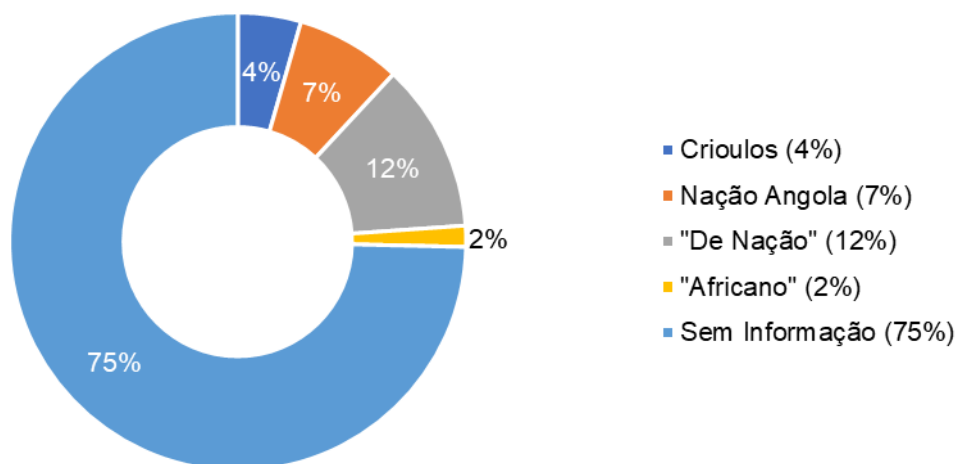


Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

O ano anterior à proibição do tráfico internacional de almas foi o que mais apresentou batismos de adultos. Foram 24 registros em 1849 seguidos de 21 assentos em 1851, um ano após a proibição do tráfico. Naquele ano, os proprietários que mais batizaram cativos adultos nesse período foram: João Marques Pereira (7), Francisco José Alves e Silva (5) e Luiz José Alves e Silva (4). Já em 1851, Victorino Joaquim da Rocha levou a pia batismal os 21 adultos batizados, todos no dia 28 de dezembro, ou seja, após a lei que proibia o

tráfico. Dos 67 adultos, 50 (75%) não apresentam informação de procedência, três eram crioulos (4%), cinco eram de Nação Angola (7%), além de oito com origem “De Nação” (12%) e um designado apenas como “africano” (2%). O gráfico 03 ilustra a origem dos adultos batizados em Itapemirim.

GRÁFICO 03 - Origem dos Cativos Adultos Batizados em Itapemirim-ES (1840-1872)



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

Tentei através da análise dos dados de batismo de adultos nas cidades capixabas reconstruir, ainda que de forma deficitária, um pouco do perfil daqueles que provavelmente desembarcaram nesse litoral durante o século XIX. A ausência de dados impede que análises mais profundas sejam feitas, mas já colaboram para romper os silêncios sobre escravidão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. R.; GUEDES, R. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). **História Social em registros paroquiais**: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Série Accioli**, livro 66. (manuscritos).

BENTIVOGLIO, J. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. **Opsis**, v. 14, n. 2, p.378-395, jul./dez., 2014.

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 84-96, 2011.

CAMPOS, A. P. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. 2003. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 95–96.

CASTRO, H. M. M. **Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão**. In: NOVAIS, F. A. (coord.); ALENCASTRO, L. F. (org.) **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ENGEMANN, C. **De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Presidentes de Província (1833–1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo**. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

FARIA, S. C. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, M. **Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (1790–1850)**. In: FRAGOSO, J., *et al.* (org.). **Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EDUFES, 2014.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790–c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, J. F. **A morte como testamento da vida**. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GRAÇA FILHO, A. A.; LIBBY, D. C. **As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentárias em São João del Rei, séculos XVIII e XIX**. In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). **História Social em registros paroquiais: (Sul–Sudeste do Brasil, séculos XVIII–XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo; Vértice, 1990.

LAGO, R. D. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831–1888)**. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MERLO, P. M. S. **O Nó e o Ninho**: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800–1871. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. **Livro de Batismo de Escravos 1, 2, 3**. Itapemirim, 1840–1855, 1859–1872, 1882–1888.

PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: SC, 15–18 Maio. 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–13, 1989.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. Uma história da liberdade. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. **História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, p. 2012.

RIBEIRO, G. L. **Enlaces e Desenlaces**: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790–1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930**. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

RODRIGUES, J. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780–1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, J. **O Infame Comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800–1850). Campinas-SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

TRAVERSO, E. Usos políticos do passado. In: **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

FONTES ORAIS

Entrevistada: PEIXOTO, Márcia Maria Silva, 40 ano, 17 de junho de 2022.

Entrevistada: SOUZA, Luciana Ciríaco, 48 anos, 18 de junho de 2022.